

Malan adotará novas medidas de ajuste fiscal

Proposta será discutida nas próximas semanas com o FMI, o Banco Mundial e o BID

MONICA YANAKIEW

Correspondente

WASHINGTON – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, anunciou ontem que o Brasil adotará novas medidas de ajuste fiscal, que serão discutidas, nas próximas semanas, “internamente e com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”. Numa entrevista coletiva concedida às 10 horas (15 horas de Brasília) – a primeira desde a sua chegada aos Estados Unidos, sábado passado –, ele antecipou o aumento das taxas de juros, decidido no início da noite de ontem no Brasil. Ele explicou que nos primeiros tempos as taxas serão altas para manter a inflação sob controle e disse que serão reduzidas no médio e longo prazos, sempre quando for executado o programa do governo para equilibrar as contas públicas.

Malan falou no terceiro dia de reuniões com as cúpulas do



Reuters

Malan, na entrevista coletiva no FMI: “Brasil não terá banda virtual”

FMI e do Bird e com representantes do governo dos Estados Unidos. Ontem, depois de ter permanecido até as 2 horas na sede do Fundo, ele se reuniu com Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos. “Foram conversas ótimas”, disse o ministro, que, antes de voltar ao Brasil, ainda falará por telefone com o secretário do Tesouro americano, Robert Rubin.

Num comunicado que divulgou no momento em que dava entrevista, Malan disse que partiu dele a recomendação ao Comitê de Política Econômica (Copom) de ampliar a banda na qual flutuam as taxas de juros. O objetivo, acrescentou no documento, é permitir a adoção de uma “política de ju-

ros, com o viés ascendente inicial, que venha a ser necessário para preservar a inflação sob controle”.

A idéia de mencionar a ampliação da banda no comunicado, cujos pormenores foram discutidos ontem de manhã com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, era atender a duas expectativas contraditórias: de um lado, a dos credores externos, que pedem juros altos para impedir o ressurgimento de uma inflação alta, que anule os efeitos da desvalorização do real; do outro, as reivindicações dos empresários e governadores brasileiros,

que continuam pressionando por uma redução o quanto antes.

Malan, que falou à imprensa depois de obter o apoio público do FMI e do Bird à nova política cambial brasileira, adotada na sexta-feira, disse que a inflação anual será de um dígito. Mas ele não quis adiantar quais serão as novas medidas fiscais que planeja adotar. Tampouco quis medir o impacto da desvalorização do real sobre os títulos do governo, cuja remuneração é indexada ao dólar. No total, esses papéis representam R\$ 67 bilhões.

O motivo para o silêncio de Malan sobre essas e outras questões (a previsão de crescimento da economia brasileira, os termos de renegociação do

programa que o Brasil acertou com o FMI, antes de deixar o real flutuar livremente, e o efeito das mudanças sobre o déficit fiscal) é um só: segundo ele mesmo admitiu, não esta-

va em condições de prever as expectativas do mercado, que é quem definirá o câmbio.

“É muito cedo para dizer no segundo dia de operação do novo sistema”, explicou Malan, referindo-se à sua incapacidade de fazer previsões. “Vai depender muito das estimativas de taxa de juros e da taxa de câmbio ao longo do ano”, acrescentou.

EMPRESÁRIOS E
GOVERNADORES
PRESSIONAM
POR REDUÇÃO